

Boletim nº 06/08

São Paulo, 5 de novembro de 2008.

BOLETIM DA ADUNESP

(1) Reunião com o CRUESP :

Na última sexta-feira de outubro, o Fórum das Seis reuniu-se com o CRUESP para mais uma rodada de negociações da nossa pauta unificada. Pretendíamos tratar dos seguintes pontos da pauta geral: (a) reajuste salarial, (b) criminalização dos movimentos sociais, (c) políticas de permanência estudantil e (d) Ensino à Distância (EaD)/Democratização/Autonomia: Univesp, Projetos de Lei Complementar (PLCs) 47, 48 e 49, todos de 2008.

Mesmo diante da declaração inicial do Prof. Macari informando a todos que, para o CRUESP, as negociações salariais haviam se encerrado, o Fórum começou argumentando que, desde 1995 o comprometimento médio das três Universidades Públicas Paulistas (UPPs) esteve em torno de 87,09% e, hoje, está em 78,6%. Assim, se fosse concedido um reajuste linear de 5,9% sobre o salário atual, e pago mais R\$ 200,00 para todos os servidores técnico-administrativos e docentes das três UPPs, retroativo a maio, tal reajuste acarretaria um impacto de 10,4% na massa salarial e elevaria o comprometimento médio com salário para 85%.

Para nossa surpresa, a fala do CRUESP foi de concordância com os números apresentados, com a ressalva de que, mesmo assim, não seria concedido nenhum reajuste além daquele que já foi negociado na data base em maio. Diante das nossas manifestações de perplexidade com a atitude dos Reitores de negar um reajuste salarial numa situação de caixa excepcionalmente favorável, apenas acrescentaram que a oportunidade de negociação salarial já havia terminado, e que não o fariam fora da data base. Este argumento, no entanto, não tem nenhum sentido, pois inúmeras vezes isto já foi feito, o que revela, mais uma vez, que os Reitores não têm nenhum apreço pela qualidade de vida daqueles que trabalham nas UPPs. Estão tão somente reiterando uma prática, fundada nas suas crenças pessoais de que manter abastado o caixa das universidades é mais importante do que a valorização do trabalho daqueles que as constroem permanentemente, e sustentam o nível de excelência da UNESP, da USP e da UNICAMP. Também reiteraram a sua disposição de não honrar os compromissos assumidos e documentados, por escrito (Comunicado nº3 do CRUESP), mesmo quando a situação financeira das universidades o permite.

Resumindo, os Reitores foram absolutamente insensíveis ao reafirmarem inúmeras vezes, diante da nossa perplexidade, que há recursos para um reajuste salarial que poderia começar a repor perdas históricas anteriores a 2001, mas que não o farão, e ponto final. Diante da intransigência constrangedora dos Reitores passamos para o próximo item da pauta. Acreditamos que a única resposta da nossa categoria a essa atitude desrespeitosa e truculenta será dada com mobilizações e atos em defesa dos nossos salários, uma vez que consideramos que as negociações relativas à data base de 2008 não terminaram com essa reunião.

Quanto à questão da criminalização dos movimentos sociais - que nas UPPs se concretizaram em ações de desocupação violentas com a utilização de tropa de choque, processos de sindicância, processos administrativos e inquéritos policiais, dentre outras medidas autoritárias - os Reitores fizeram juras de amor à democracia e a legalidade. No entanto, não recuaram um milímetro no que diz respeito às práticas, se não inauguradas, pelo menos intensificadas dentro das universidades, principalmente, depois que alunos, professores e servidores das UPPs foram às ruas e impuseram um recuo ao governo Serra na sua sanha de estabelecer dispositivos de controle

sobre as universidades, o que significaria o fim da sua autonomia. Temos a nítida impressão de que os Reitores consideram as suas nomeações como favores do Governador e pouco se importam com a defesa das Universidades Públicas. A estratégia que vem sendo usada na sociedade em geral, e pelos nossos Reitores em particular - direta ou indiretamente - é de transformar conflitos de natureza social e política, aqui também acadêmico, em casos de polícia. O que, aliás, não é novidade entre nós. Isto aconteceu no Império, na República Velha, na ditadura civil de Vargas, na ditadura militar instalada em 1º de abril de 1964 e a estamos vivendo sob a égide da pseudodemocracia dos Reitores. Essa prática político-policial, na verdade trata-se de uma tática destinada a intimidar e calar quem discorda do que fazem os donos do poder, em nosso caso o Governador e os Reitores que muitas vezes se comportam como seus subalternos de primeiro escalão.

Em tempo, participamos do ATO/DEBATE no dia 04 de novembro no Anfiteatro da Geografia na USP que, por sua vez é um evento preparatório para o Ato Público em Brasília a ser realizado no dia 11 de novembro, as 9:00 horas em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego **em defesa** dos serviços públicos e direitos sociais dos estudantes e trabalhadores da cidade e do campo; **pelo fim da criminalização** dos movimentos sociais; **contra** as fundações estatais de direito privado no serviço público; **em defesa** do ANDES-SN e **contra** o golpe da suspensão do registro sindical.

TODOS EM BRASÍLIA NO DIA 11 DE NOVEMBRO EM DEFESA DO NOSSO SINDICATO NACIONAL E DA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL!

(informe-se em sua AD, ou no site da ADUNESP, sobre como se engajar na ida a Brasília)

A discussão sobre assistência estudantil foi pobre na medida em que o CRUESP não pensa esta questão na perspectiva da gratuidade ativa conforme propõe o Fórum das Seis e considera bolsas de mérito e diferentes modalidades de bolsa com contrapartida de trabalho como assistência estudantil. Sem dados objetivos fizeram um discurso assistencialista, ao que argumentamos a necessidade de reuniões técnicas para podermos conhecer melhor o quanto estaria, de fato, sendo investido neste quesito, nas três UPPs.

No último item foi possível fazermos apenas algumas declarações de princípio, pois o tempo da reunião, estava terminando. O Fórum das Seis colocou com todas as letras para o CRUESP, que é contrário a que as UPPs ministrem cursos de formação inicial à distância, não tendo sido possível uma discussão aprofundada uma vez que o CRUESP encerrou a reunião, não sem antes o Prof. Macari afirmar que pretende convencer o Fórum do contrário.

Devido à exigüidade do tempo, não foi possível que se estabelecesse um diálogo a respeito desta questão, embora o Fórum das Seis tenha deixado explicitada a sua preocupação quanto à criação de cursos de formação inicial ministrados na modalidade à distância, reivindicando que, nesta questão imbricam outras como a qualidade da formação que pretendemos dar aos nossos alunos dos cursos via EaD, autonomia das universidades, a relação entre elas e a Univesp, o conteúdo das PLCs 47, 48 e 49 que tratam da criação de novas vagas para servidores docentes e técnicos-administrativos em regime de CLT ou emprego público e de expansão de vagas sem contrapartida financeira.

Saímos da reunião perplexos com as posturas e atitudes dos Reitores, mas certos de que fizemos colocações pertinentes e que poderíamos ter avançado muito. Isto não ocorreu porque o CRUESP está

absolutamente convencido de que a comunidade universitária continuará imóvel e nada fará para defender a autonomia das UPPs nem para que nossas condições de vida e de trabalho melhorem quando há condições objetivas para isto. O Fórum das Seis tem a esperança e a convicção de que os Reitores se enganam acerca da disposição dos servidores docentes, técnico-administrativos e discentes das UPPs para lutar por essas universidades e, indica a realização de assembléias para avaliação da resposta do CRUESP às nossas reivindicações, bem como das formas de luta que utilizaremos para alcançar os objetivos a que nos propusemos nesta data base.

(2) Eleições nos Campi Experimentais (CE)

Como todos sabem, o CEPE aprovou, em reunião histórica, realizada em 05/08/2008, uma resolução que disciplina o funcionamento dos Campi Experimentais (Campus de São Vicente e todas as anteriormente denominadas Unidades Diferenciadas) estabelecendo sua estrutura político administrativa. Haverá em cada um deles um Conselho Diretor com atribuições semelhantes às das Congregações nos Campi consolidados, e um Conselho de Curso, também com atribuições semelhantes aos seus congêneres nos Campi consolidados. Os CE terão um Coordenador Executivo cuja função é análoga a dos Diretores de Unidade. O CEPE determinou que a primeira eleição seja realizada ainda em 2008.

No entanto, na hora de regulamentar o processo eleitoral, o que foi feito através da portaria UNESP no 641/08, houve equívocos importantes que foram apontados pela ADUNESP/ SINTUNESP por meio de ofício conjunto (disponível no site da ADUNESP) enviado para a Senhora Secretária geral em 30 de outubro, com cópia para o Reitor, Vice Reitor e todos os conselheiros de CEPE. Esta portaria permite que os atuais Diretores Executivos que se candidatarem ao cargo que ocupam, permaneçam nele durante pleito, o que nos parece incompatível com as nossas tradições democráticas. Além disso, não há restrição a que votem pessoas que não estão lotadas nos Campi, ou pessoas que não têm vínculo (com o Campus) como, por exemplo, docentes que estejam lotados em Campus consolidados, prestando serviço temporariamente nos CE, ou pessoas que eventualmente ocupam cargos de confiança do atual Diretor Executivo, mas que não são funcionários de carreira da UNESP. Isto tudo, não parece estar de acordo com o espírito que norteou as decisões do CEPE, e a nossa esperança é que o CEPE recoloque as coisas no seu devido lugar.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais,

SAUDAÇÕES SINDICAIS E UNIVERSITÁRIAS!!

João da Costa Chaves Jr.
Presidente da Adunesp S. Sindical